



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 20 DE JULHO DE 2017

NÚMERO 4

INICIO 21.00 HORAS

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2017 -----

Nº. 4/2017 -----

Aos vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo 78, de doze de Julho de dois mil e dezassete, tendo comparecido os seguintes Vogais: António Manuel dos Santos Mendes; Virgílio Manuel Rosa André; Nuno Filipe Medroa Cristóvão; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Carlos Alberto Dias; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Ana Margarida de Oliveira Varino; Mário Rodrigues Pereira; José Manuel Baião Oliveira; Jorge Manuel Louro Pereira e António José Calado Martins Pinheiro. -----

Os Vogais, Rui Paulo Serras Vermelho (PS); Celestino da Cruz Freire (CDS-PP); João Carlos Baião da Silva (CDU); Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU); Maria do Rosário Costa Martins (CDU); Sónia Cristina Marques Varino (CDU); Vanessa Isabel Nascimento Almeida(PS) e Raquel Martins Gaspar (CDU) faltaram à sessão, tendo os cinco últimos justificado a ausência. -----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira e Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes, 1.º Secretário – Virgílio Manuel Rosa André, 2.º Secretário – Nuno Filipe Medroa Cristóvão. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes. Em seguida iniciou os trabalhos com o período da ordem do dia. -----

O Presidente da Assembleia, informa que houve um lapso na elaboração da ordem do dia, já que o ponto seis, não deve constar da mesma por ser uma reunião extraordinária. -----

O segundo secretário procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido aprovada por unanimidade, após ter sido retirado o ponto seis de acordo com o artigo décimo sexto do Regimento. -----

Período da Ordem do Dia

1. Período reservado à intervenção do público;
2. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Contrato-programa para o ano de 2017 a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância;
3. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração dos estatutos da Associação Centro de Ciência Viva de Constância;
4. Análise, discussão e eventual aprovação do pedido de isenção de taxas da Vila Poema – Soc. Exploração Gestão Hoteleira, Lda;
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de minuta do contrato do Empréstimo a médio/longo prazo para financiamento do investimento relativo ao Centro Escolar de Montalvo, acessibilidades e demais investimentos conexo;

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM: PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta às pessoas presentes se querem colocar alguma questão, ao que o cidadão Carlos Alves respondeu afirmativamente, tendo de seguida usado da palavra.

“Boa Noite,

Chamo-me Carlos Alves, resido no Entroncamento, mas tenho habitação em Malpique e trabalho na Câmara Municipal de Constância desde 02 de dezembro de 1987. Este ano perfaço 30 anos de serviço e sou Técnico de Informática, Grau 3.

Depois de me terem tirado tudo, resta-me o essencial. A minha dignidade! Ninguém a pode tirar. Não está à venda!

A Constituição da República consagra e protege, como valores ou princípios fundamentais “a dignidade da pessoa humana” e o “livre desenvolvimento da personalidade”.

Deixo-vos um pouco da minha história:

Passados 15 dias de tomar posse, em 17 de novembro de 2009, o então presidente da Câmara, Máximo Ferreira, sem quaisquer explicações, informou-me que tinha 24h para mudar de local de trabalho. Ou seja, sair do Edifício dos Paços do Concelho para o edifício da Biblioteca Municipal, sem qualquer consideração ou respeito pelas minhas funções na Câmara Municipal. Informou-me que todas as minhas tarefas estavam suspensas e que lhe deveria enviar todas as palavras-chave do sistema informático. Não me foi dada qualquer possibilidade de diálogo com a pessoa em causa.

Aquilo que fizeram foi isolar-me dos meus colegas, humilhando-me com esta colocação na biblioteca. --- Pelo meio muitas coisas se passaram! Ações pouco dignas de quem as engendrou, nocivas para quem as recebeu (EU). Entre elas destaco o não pagamento de vencimento de exercício perdido e o levantamento de um processo disciplinar.

Neste mandato que agora decorre, com novos protagonistas, continua a saga do desrespeito, da humilhação, do ostracismo, da indiferença, da perseguição. Em novembro de 2014, recebi ordens para me deslocar para o antigo edifício da delegação escolar, junto à igreja matriz de Constância (decidi, então, tornar pública a situação do edifício em causa que tem na sua estrutura um material altamente cancerígeno). Dadas as circunstâncias houve um silêncio absoluto sobre a minha transferência. -----

Não contentes, deslocaram-me para o depósito da biblioteca municipal, em 01 de julho de 2015. Um espaço exíguo, frio no inverno, quente no verão, sem refrigeração, sem higiene, sujeito a todo o tipo de pó e com iluminação deficiente. A minha companhia são livros antigos e muita tralha. Trata-se de um local com alguns problemas de segurança, no qual estou continuamente sujeito a correntes de ar, poeiras e diversos odores insuportáveis. -----

É desumana esta situação! (a minha saúde, quer física, quer psicológica, ressentem-se deste ambiente e tem-se vindo a agravar). -----

A carreira de informática, é uma carreira com uma forte componente técnica que carece de uma constante atualização. Desde 2009 que não me é facultada a hipótese de frequentar qualquer tipo de formação profissional (conforme obrigação da entidade patronal). -----

Desqualificar-me desta forma, isolando-me, não me dando informação, formação ou oportunidades, não me convocando para reuniões (formais e informais), desvalorizando sistematicamente as minhas funções, destrói completamente a minha autoestima. -----

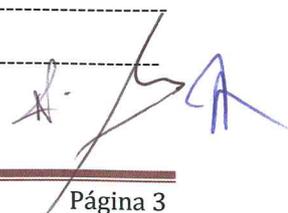
Obviamente que isto é apenas uma parte de tudo o que tenho sofrido ao serviço da Câmara Municipal de Constância, nestes últimos anos. Sei hoje que esta circunstância foi consequência da política, mas sei também que é, do ponto de vista humano e profissional, indigna, a roçar o assédio profissional. -----

Infelizmente toda esta situação provoca-me um sentimento de frustração e marginalização, o que me faz pensar que a minha vida profissional tenha acabado. -----

Hoje, é este o caminho que quero trilhar! Romper o silêncio, denunciando os assediadores para que as suas ações sejam inibidas, esperando que outros, nomeadamente os sindicatos façam as devidas denúncias públicas. Que a comunicação social (em particular, esta aqui presente) cumpra o seu papel de informar e pressionar. Que esta Assembleia Municipal cumpra o seu papel fiscalizador da Câmara Municipal e das ações que toma. -----

Porque somos dotados de uma cultura democrática e valores insuspeitos, onde me incluo, não quero crer que toda esta situação lamentável seja do conhecimento do Partido Comunista e do seu Comité Central. Seria atentatório da moral e da ética de militantes comunistas ou cidadãos ideologicamente afetos ao PCP. Até prova em contrário acredito que toda esta injustiça se passa à margem do conhecimento desse partido, e que a ter conhecimento dela agirá em conformidade, com a postura democrática e não de acordo com a defesa cega dos seus e das suas cores. -----

Tenho dito!" (Anexo 1) -----



O Presidente da Assembleia Municipal agradece a intervenção, e solicita o endereço do Entroncamento para que o mesmo fique registado. -----

O Carlos Alves informa que é: -----

Rua Manuel Rodrigues Gameiro, nº 15, 4º Frente Direito -----
2330-178 Entroncamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia tomou boa nota do que o Carlos Alves referiu, e se entregar o documento, escrito à mesa fá-lo-á chegar a quem de direito. -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se a Presidente da Câmara deseja tecer algum comentário ao que foi dito. -----

A Presidente da Câmara Municipal esclarece que não está em condições para fazer qualquer comentário, a única coisa que tem para dizer é que a Câmara enquanto órgão executivo tem acompanhado este assunto demasiadamente penoso para ser abordado desta maneira e pelo respeito que tem ao funcionário Carlos Alves, não irá falar nesta Assembleia. -----

PONTO DOIS: ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE 2017 A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA; -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta á Presidente da Câmara, se para além da informação que já foi enviada aos eleitos, pretende acrescentar alguma coisa. -----

A Presidente da Câmara, fez um curto enquadramento do assunto que servirá também para justificar o ponto seguinte, salientando a necessidade que houve de adaptar, quer os estatutos quer o contrato programa à legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se à alguma intervenção por parte dos vogais da Assembleia Municipal, relativamente a este assunto. -----

O Vogal Jorge Pereira pergunta porque motivo este assunto não veio na Assembleia de Junho. -----

A Presidente da Câmara esclarece que o motivo é simples, esta é uma matéria complexa, que envolve vários centros de Ciência Viva. Tínhamos duas situações por resolver designadamente a da Casa Memória de Camões de quem nós somos associados e do Centro de Ciência Viva. A do Centro de Ciência Viva exigia uma maior reflexão e houve também entendimento jurídico entre as partes o que fez com que só hoje fosse possível trazer o assunto á Assembleia Municipal. -----

O vogal Virgílio André, informa que não esteve no Concelho nos últimos dias, e não teve tempo para estudar os documentos. Assim informa que na votação vai abster-se por não ter conhecimento do seu conteúdo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal refere que não havendo mais intervenções, irá proceder-se á votação, tendo este ponto sido aprovado com a abstenção do vogal Virgílio André. -----

PONTO TRÊS: ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA; -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se a Presidente de Câmara deseja intervir, a qual responde não. -----

O Vogal Virgílio André, informa que tal como no ponto anterior, e pelo mesmo motivo vai abster-se. -----

O Presidente da Assembleia refere que não havendo mais nenhuma intervenção, se irá proceder á votação, sendo este ponto aprovado com uma abstenção do vogal Virgílio André. -----

PONTO QUATRO: ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DA VILA POEMA – SOC. EXPLORAÇÃO GESTÃO HOTELEIRA, LDA; -----

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se a Presidente da Câmara para além da informação que foi presente, pretende acrescentar algo mais. -----

A Presidente da Câmara refere que como não consta do regulamento municipal a isenção das taxas solicitada no valor de 1.981,30€, o pedido formulado terá que vir a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

O Vogal Rui Ferreira sobre a isenção de taxas, lembra o que foi feito na zona Industrial de Montalvo, em que o Município adquiriu terrenos e infraestruturou-os de modo a serem cedidos a preços simbólicos. Também foi adquirido pela Câmara Municipal na encosta do Zêzere em Constância, terrenos para instalar empresa na área do turismo aventura e uma unidade hoteleira. Estes terrenos também seriam cedidos através de concurso a valores muito abaixo do seu custo como forma de incentivo a quem vencesse tal concurso. -----

Terminou afirmando que lhe parecia correto, tendo em consideração também o que foram as promessas de todas as forças políticas no concelho a isenção das taxas para o investimento que a sociedade Vila Poema pretende fazer na vila de Constância com a construção de um hotel. -----

O Presidente da Assembleia pergunta aos eleitos se alguém pretende usar da palavra. -----

A vogal Filipa Ferreira tendo em conta que esta situação não está prevista no Regulamento de taxas como foi mencionado, gostaria de questionar se esta medida será aplicada a outros empresários do Concelho futuramente. -----

A Presidente da Câmara responde que enquanto o Regulamento não for alterado qualquer pedido de isenção de taxas, terá que vir á Assembleia Municipal. -----

A vogal Célia Abreu, quer colocar á consideração: -----

Mil, novecentos e qualquer coisa Euros, num universo de cinco milhões, pesam mais para quem, para o Município ou para o investidor. -----

A Presidente da Câmara referiu que o assunto foi enviado para a Assembleia Municipal com os votos favoráveis dos eleitos da CDU e duas abstenções dos eleitos do PS. -----

O Presidente da Assembleia dá de novo a palavra á Presidente da Câmara, tendo esta prescindido da mesma. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação. -----

Votaram contra a isenção de taxas, os vogais do PS com exceção do vogal Jorge Pereira que se absteve, e a favor os vogais da CDU. -----

O Vogal Rui Ferreira apresenta uma declaração de voto com o seguinte teor: -----

“Declaração: -----

Isenção de Taxas para a construção de hotel, requerida pela Vila Poema – Soc. De Exploração e Gestão Hoteleira, Lda. -----

Há já quase trinta anos que a Câmara Municipal de Constância tem procurado por vários meios e iniciativas apoiar e estimular a criação de empresas de forma a gerar o maior número de emprego e dinamizar a economia concelhia. Ainda no final da década de oitenta do século passado foi dado inicio ao processo de candidatura a fundos comunitários para a criação do que é hoje a Zona Industrial de Montalvo e que embora com vicissitudes várias mantém atualmente cerca de duas centenas de trabalhadores, a decisão tomada na altura contribuiu decisivamente para a manutenção em Montalvo de muitas pessoas que caso não existisse emprego localmente teriam que abandonar a freguesia,

ajudou a que muitas outras residentes no concelho conseguissem o seu trabalho relativamente perto da sua habitação e ainda atraiu novas pessoas oriundas de outras regiões, podemos afirmar que o nosso concelho não seria o mesmo sem a existência da zona industrial e que Montalvo não teria crescido como cresceu essencialmente devido a fixação do número de considerável de população que veio na procura do seu trabalho as condições oferecidas pelo Municípios às empresas situadas na zona industrial com particular enfoque do preço simbólico dos terrenos continua a ser ainda hoje incentivadoras da criação de emprego, ao longo dos anos os vários documentos de desenvolvimento estratégico para o Município discutidos e aprovados por unanimidade nesta Assembleia sempre definiram o turismo como uma área económica essencial no desenvolvimento concelhio, os vários programas eleitorais das forças políticas maioritárias no concelho – CDU e Partido Socialista, sempre defenderam o apoio às empresas ao empreendedorismo e criatividade de forma a fomentar os postos de trabalho e criação de riqueza, sendo esta uma frase do programa eleitoral do PS, para o mandato que agora termina, o folheto de apresentação do candidato do Partido Socialista refere concretamente na sua alínea a) Atração de investimento privado que leva á criação de emprego e á fixação de jovens e ainda na alínea d) uma aposta forte no turismo e no desporto como fonte de criação de riqueza e desenvolvimento, não se percebendo por isso a abstenção do Partido Socialista, e o voto contra na Câmara e na Assembleia Municipal, eu quero dizer que os senhores nem cumprem aquilo que prometeram á quatro anos nem já estão a cumprir aquilo que já estão a prometer para os próximos quatro anos, esta é a realidade, esta é que é a verdade, a isenção de taxas que é hoje aqui analisada é para nós eleitos da CDU da mais elementar justiça quando comparada com os incentivos da zona industrial de Montalvo e com a necessidade urgente de alavancarmos ainda mais o setor económico concelhio por forma a rentabilizarmos equipamentos já existentes como seja o Centro de Ciência Viva, e Parque ambiental e outros e acima de tudo a criação de trinta postos de trabalho essencialmente jovens. Por se tratar de um equipamento que há muito o Concelho precisa pelo número de postos de trabalho a criar, pelo fato de o promotor já ter dado provas através da gerência da Residencial João Chagas, que a transformou de uma unidade inviável economicamente numa unidade rentável e acima de tudo na sua capacidade de ver aprovado o financiamento junto do Portugal 2020 e entidades bancárias o voto da CDU com a coerência que nos caracteriza não pode deixar de ser a aprovação da isenção de taxas que é requerido. Os eleitos da CDU.” -----

(Anexo 2)

A Vogal Célia Abreu, abandonou a sessão da Assembleia Municipal após a leitura desta declaração. -----

PONTO CINCO: ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DO CONTRATO DO EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO RELATIVO AO CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO, ACESSIBILIDADES E DEMAIS INVESTIMENTOS CONEXO;

O Presidente da Assembleia Municipal pergunta se alguém deseja fazer uma intervenção acerca do ponto em análise. -----

Não havendo ninguém para intervir, foi o assunto votado tendo a minuta do contrato a celebrar entre o Município e a Entidade Bancária, sido aprovado por unanimidade. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 22 horas e 30 minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

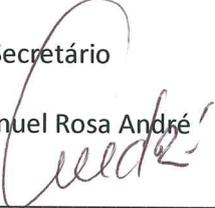
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes



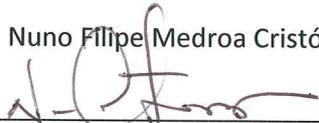
1.º Secretário

Virgílio Manuel Rosa André



2.º Secretário

Nuno Filipe Medroa Cristóvão



qualquer tipo de formação profissional (conforme obrigação da entidade patronal). Desqualificar-me desta forma, isolando-me, não me dando informação, formação ou oportunidades, não me convocando para reuniões (formais e informais), desvalorizando sistematicamente as minhas funções, destrói completamente a minha autoestima.

Obviamente que isto é apenas uma parte de tudo o que tenho sofrido ao serviço da Câmara Municipal de Constância, nestes últimos anos. Sei hoje que esta circunstância foi consequência da política, mas sei também que é, do ponto de vista humano e profissional, indigna, a roçar o assédio profissional.

Infelizmente toda esta situação provoca-me um sentimento de frustração e marginalização, o que me faz pensar que a minha vida profissional tenha acabado.

Hoje, é este o caminho que quero trilhar! Romper o silêncio, denunciando os assediadores para que as suas ações sejam inibidas, esperando que outros, nomeadamente **os sindicatos** façam as devidas denúncias públicas. Que a **comunicação social** (em particular, esta aqui presente) cumpra o seu papel de informar e pressionar. Que **esta Assembleia Municipal** cumpra o seu papel fiscalizador da Câmara Municipal e das ações que toma.

Porque somos dotados de uma cultura democrática e valores insuspeitos, onde me incluo, não quero crer que toda esta situação lamentável seja do **conhecimento do Partido Comunista** e do seu Comité Central. Seria atentatório da moral e da ética de militantes comunistas ou cidadãos ideologicamente afetos ao PCP. Até prova em contrário acredito que toda esta injustiça se passa à margem do conhecimento desse partido, e que a ter conhecimento dela agirá em conformidade, com a postura democrática e não de acordo com a defesa cega dos seus e das suas cores.

Tenho dito!

20.07.2017

Leonor Alrij

Declaração



Isenção de taxas para construção de hotel requerida pela Vila Poema- Sociedade de Exploração e Gestão Hoteleira, Lda.

Há já quase 30 anos que a Câmara Municipal de Constância tem procurado por vários meios e iniciativas apoiar e estimular a criação de empresas de forma a gerar o maior número de empregos e dinamizar a economia concelhia.

Ainda no final da década de 80 do século passado foi dado início ao processo de candidatura a fundos comunitários para a criação do que é hoje a Zona Industrial de Montalvo e que, embora com vicissitudes várias, mantém atualmente cerca de duas centenas de trabalhadores.

A decisão tomada na altura contribuiu decisivamente para a manutenção em Montalvo de muitas pessoas que caso não existisse emprego localmente teriam que abandonar a freguesia, ajudou a que muitas outras residentes no concelho conseguissem o seu trabalho relativamente perto da sua habitação e ainda atraiu novas pessoas oriundas de outras regiões.

Podemos afirmar que o nosso Concelho não seria o mesmo sem a existência da Zona Industrial e que Montalvo não teria crescido como cresceu essencialmente devido á fixação de um número considerável de população que veio na procura do seu trabalho.

As condições oferecidas pelo Município ás empresas situadas na Zona Industrial, com particular enfoque no preço simbólico dos terrenos, continuam a ser ainda hoje incentivadoras da criação de emprego.

Ao longo dos anos os vários documentos de desenvolvimento estratégico para o município, discutidos e aprovados por unanimidade nesta Assembleia Municipal, sempre definiram o Turismo como área económica essencial no desenvolvimento Concelhio.

Os vários programas eleitorais das forças políticas maioritárias no Concelho, CDU e Partido Socialista, sempre defenderam “o apoio ás empresas, ao empreendedorismo e criatividade de forma a fomentar e aumentar os postos de trabalho e criação de riqueza”, sendo esta uma frase do programa eleitoral do PS para o mandato que agora termina.

O folheto de apresentação do atual candidato do Partido Socialista refere concretamente na sua alínea a) A atração de investimento privado que leve á criação de emprego e á fixação de jovens e ainda na alínea d) Uma aposta forte no turismo e no desporto como fonte de criação de riqueza e desenvolvimento, não se percebendo por isso a abstenção do Partido Socialista na Câmara Municipal.

A isenção de taxas que é hoje aqui analisada e votada é para nós, eleitos pela CDU, da mais elementar justiça quando comparada com os incentivos da Zona Industrial de Montalvo e com a necessidade urgente de alavancarmos ainda mais este setor económico concelhio de forma a rentabilizarmos equipamentos já existentes como sejam o Centro de Ciência Viva, o Parque Ambiental e outros, e acima de tudo a criação de 30 postos de trabalho essencialmente jovens.

Por se tratar de um equipamento que há muito o Concelho precisa, pelo número de postos de trabalho a criar, pelo facto do promotor já ter dado provas através da gerência da residencial João Chagas, que a transformou de uma unidade inviável economicamente numa unidade rentável, e acima de tudo na sua capacidade de ver aprovado o financiamento junto do Portugal 2020 e entidades bancárias o voto da bancada da CDU, com a coerência que nos caracteriza, não pode deixar de ser a aprovação da isenção de taxas que é requerida.

Os eleitos da CDU

António Pereira
José Manuel Costa Duarte

Luís Venâncio

R. [assinatura]

N. [assinatura]

Constância, 20 de Julho de 2017